



Revista de Finanças Aplicadas

www.financasaplicadas.net
ISSN 2176-8854

**FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO
DE INFORMAÇÕES SOBRE O ATIVO IMOBILIZADO: UM
ESTUDO NAS EMPRESAS DO SETOR DE BENS
INDUSTRIAIS LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

**EXPLANATORY FACTORS OF EVIDENCE LEVELS OF
INFORMATION ON FIXED ASSETS: A STUDY IN THE
INDUSTRIAL SECTOR COMPANIES LISTED ON THE BM &
F BOVESPA**

Mônica Campos da Silva

Professora da UFMT

Doutoranda em Contabilidade na UFPR

monica.campos_cic@hotmail.com

Sandi Kutianski

Mestre em Contabilidade pela UFPR

skutianski@hotmail.com

Luciano Márcio Scherer

Professor da UFPR

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP

lmscherer@ufpr.br

Recebido em 01/02/2015
Aprovado em 06/03/2015
Disponibilizado em 29/01/2018
Avaliado pelo sistema *double blind review*

EXPLANATORY FACTORS OF EVIDENCE LEVELS OF INFORMATION ON FIXED ASSETS: A STUDY IN THE INDUSTRIAL SECTOR COMPANIES LISTED ON THE BM & F BOVESPA

OBJECTIVE

The objective of this study is to identify determinants factors of disclosure level of information about fixed assets in Brazilian public companies, ranked in the industrial goods sector of the BM&FBovespa.

METHODOLOGY

The analysis was conducted in 33 Brazilian public companies listed on the industrial goods sector whose financial statements were available for the periods between 2008 and 2013. Initially a content analysis was conducted in order to construct a disclosure index about information required by CPC 27, which resulted in 198 indices. After, using a random effects panel data regression, a set of independent variables, proxies of companies' intrinsic and extrinsic features, was regressed over the disclosure index previously calculated.

RESULTS AND CONCLUSIONS

An increase in the minimum, average and maximum index of disclosure over time was found, especially between 2009 and 2010, due to the mandatory adoption of CPC 27 - Fixed Assets. The variables Size, Debt, CPC 27 application and Audited by Big Four were statistically significant and, as expected, with a positive coefficient. These results mean that larger companies, with greater debt, audited by major accounting firms, as well the mandatory adoption of CPC 27 impacted positively on the amount of information disclosed by the companies of the study.

PRACTICAL IMPLICATIONS

The main implication of the study is to strengthen the need to seek a de facto convergence of Brazilian standards with international accounting standards in order to improve the quality of information disclosed by the companies to the market

KEY WORDS

Determinants Factors, Disclosure, Fixed Assets.

FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O ATIVO IMOBILIZADO: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO SETOR DE BENS INDUSTRIAIS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

OBJETIVO

O objetivo deste estudo é analisar as características do nível de evidenciação em notas explicativas sobre o ativo imobilizado em empresas de capital aberto brasileiras, classificadas no setor de bens industriais, conforme listagem disponível no *site* da BM&FBovespa. Em específico busca elaborar um índice de evidenciação no que se refere ao ativo imobilizado, investigando sua relação com os fatores apontados pela literatura como seu determinante.

METODOLOGIA

Selecionou-se 33 empresas brasileiras de capital aberto listadas no setor de bens industriais cujas demonstrações financeiras padronizadas estavam disponíveis para os períodos compreendidos entre 2008 e 2013. Inicialmente realizou-se análise de conteúdo das 198 notas explicativas, a fim de elaborar o índice de evidenciação à partir das informações requeridas pelo CPC 27 para mensuração e evidenciação do ativo imobilizado. A seguir, utilizando regressão linear múltipla com dados em painel de efeitos aleatórios, regrediu-se um conjunto de variáveis independentes, *proxies* de características intrínsecas e extrínsecas às empresas em análise, sobre o índice de evidenciação anteriormente calculado a fim de se atingir o objetivo deste estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Constatou-se um aumento nos índices mínimo, médio e máximo de evidenciação ao longo do tempo, especialmente entre 2009 e 2010, em função da adoção obrigatória do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. Em relação à análise de regressão, as variáveis Tamanho, Endividamento, Aplicação do CPC 27 e Auditada por Big Four mostraram-se estatisticamente significativas e, conforme esperado, com coeficiente positivo. Esses achados permitem inferir que empresas maiores, com maior grau de endividamento, auditadas pelas maiores empresas de auditoria, bem como a adoção obrigatória do CPC 27 impactaram positivamente na quantidade de informações evidenciadas pelas empresas em estudo.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

A principal implicação do estudo é o reforço da necessidade de se buscar uma convergência *de facto* das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade a fim de se melhorar a qualidade das informações evidenciadas pelas empresas ao mercado.

PALAVRAS CHAVE

Fatores explicativos, Evidenciação, Ativo Imobilizado

INTRODUÇÃO

As práticas contábeis adotadas pelas empresas brasileiras vêm sofrendo mudanças nos últimos anos, primordialmente em função da convergência das Normas Brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade (conhecidas atualmente no mercado pela expressão “normas IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Martins, Gelbcke, Iudícibus e Santos (2013) destacam que desde a década de 90 já se discutia no Brasil a necessidade de se harmonizar/convergir as normas e práticas contábeis brasileiras a uma estrutura contábil de âmbito internacional, porém, foi a partir da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005 que se alavancou o processo. O CPC, criado pela Resolução CFC nº 1.055/2005, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade em setembro de 2005, tem como objetivo “o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade com a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais”.

Para Schroeder, Clark e Cahey (2001), entre as vantagens da convergência de normas locais (como ocorre no caso brasileiro) às Normas Internacionais de Contabilidade estão a provável redução do custo de captação de recursos e uma maior valorização das ações no mercado de capitais.

Acredita-se que, com a convergência das normas brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade, haverá uma maior qualidade dos relatórios financeiros divulgados pelas empresas, especialmente em relação a uma melhoria no nível de disclosure (evidenciação) das informações de natureza econômica e financeira, contribuindo assim para a redução de assimetria informacional. E isso é especialmente relevante para os usuários externos da informação contábil, notadamente os acionistas não controladores / minoritários das empresas.

Bushman, Piotroski e Smith (2004) definem disclosure como a ampla disponibilidade de informações específicas da companhia para aqueles que estão de fora da organização. Cruz e Lima (2010) observam que essa disponibilidade de informações ocorre, dentre outras formas, através da evidenciação de relatórios corporativos, que podem englobar tanto informações obrigatórias por lei quanto informações voluntárias.

De acordo com Bushman e Smith (2003), a adequada evidenciação das informações, observando normas contábeis de qualidade, permite ao investidor verificar a criação de valor proporcionada pela empresa.

O Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em junho de 2009, sendo convergente à Norma Internacional de Contabilidade IAS 16 – Property, Plant and Equipment, do IASB. Posteriormente, o CPC 27 foi aprovado pela Deliberação CVM nº 583/09, da Comissão de Valores Mobiliários, e pela Resolução CFC nº 1.177/09, do Conselho Federal de Contabilidade. Este pronunciamento, a

partir do item 73 elenca uma série de exigências relacionadas à divulgação de informações, nos relatórios financeiros emitidos pelas empresas, acerca o reconhecimento, movimentações e baixa de ativos fixos.

Sabe-se que o ativo imobilizado exerce papel fundamental para a continuidade operacional de muitas entidades, especialmente as de capital intensivo. Dada essa importância, torna-se imprescindível a divulgação de informações sobre o estado e a movimentação de tais ativos, principalmente para subsidiar as decisões de investidores que não possuem acesso direto à gestão da entidade.

Nesse contexto, considerando a adoção de novas normas e práticas contábeis relacionadas ao reconhecimento, mensuração e divulgação de informações sobre os ativos imobilizados, e no intuito de contribuir com os avanços dos estudos na área, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: Quais fatores explicam o nível de evidenciação de informações acerca o ativo imobilizado em empresas de capital aberto listadas no setor de bens industriais da BM&FBovespa?

Em decorrência deste questionamento, a presente pesquisa analisa as características do nível de evidenciação em notas explicativas sobre o ativo imobilizado em empresas de capital aberto brasileiras, classificadas no setor de bens industriais, conforme listagem disponível no site da BM&FBovespa. Em específico busca elaborar um índice de evidenciação no que se refere ao ativo imobilizado, investigando sua relação com os fatores apontados pela literatura como seu determinante.

Para atingir os objetivos, inicialmente realizou-se análise de conteúdo de 198 notas explicativas constantes das demonstrações financeiras padronizadas de um conjunto de 33 empresas analisadas para os períodos compreendidos entre 2008 e 2013, a fim de elaboração de do índice de evidenciação das informações requeridas pelo CPC 27. A seguir, utilizando regressão linear múltipla com dados em painel de efeitos aleatórios, regrediu-se um conjunto de variáveis independentes, proxies de características intrínsecas e extrínsecas às empresas em análise, sobre o índice de evidenciação anteriormente calculado.

De forma geral, constatou-se um aumento no índice de evidenciação médio ao longo do tempo, bem como no índice máximo. O aumento mais significativo ocorreu entre 2009 e 2010, e partir de 2010 apresentou-se certa estabilidade nos valores médias, máximos e mínimos dos índices de evidenciação. Em relação à análise de regressão, as variáveis Tamanho, Endividamento, Aplicação do CPC 27 e Auditada por Big Four mostraram-se estatisticamente significativas e, conforme esperado, com coeficiente positivo. Esses achados permitem inferir que empresas maiores, com maior grau de endividamento, auditadas pelas maiores empresas de auditoria, bem como a adoção obrigatória do CPC 27 impactam positivamente na quantidade de informações evidenciadas pelas empresas da amostra em relação a seus ativos imobilizados.

A principal contribuição desta pesquisa é a obtenção de fatores caracterizadores das empresas que impactam a quantidade de informações divulga-

das pelas empresas em relação a seus ativos imobilizados, contribuindo assim, para o estudo do processo de convergência de facto das Normas Brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade.

O artigo está dividido em seções, além desta introdução; a seção seguinte apresenta uma breve revisão da literatura a respeito dos assuntos ligados ao tema; a seguir são apresentados os procedimentos metodológicos, análises dos resultados e por último, as considerações finais do estudo.

REVISÃO DA LITERATURA

ATIVO IMOBILIZADO

O Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em junho de 2009, sendo convergente à Norma Internacional de Contabilidade IAS 16 – Property, Plant and Equipment, do IASB. Posteriormente, o CPC 27 foi aprovado pela Deliberação CVM nº 583/09, da Comissão de Valores Mobiliários, e pela Resolução CFC nº 1.177/09, do Conselho Federal de Contabilidade.

No item 6 do CPC 27, o ativo imobilizado é definido como o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e que se se espera utilizar por mais de um período.

De acordo com Martins, Gelbcke, Iudícibus e Santos (2013, p. 275), o ativo imobilizado é composto por “todos os ativos tangíveis ou corpóreos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade”.

O ativo imobilizado deve ser inicialmente reconhecido pelo seu custo, o que inclui o preço pago para adquiri-lo, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, bem como os gastos incorridos para colocá-lo em condições de uso operacional e os gastos que se espera incorrer para desmontá-lo ou removê-lo, se for o caso (CPC 27, item 16). De acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 16, após o reconhecimento inicial, sua mensuração pode ser realizada pelo método de custo ou pelo método de reavaliação, entretanto, desde a promulgação da Lei nº 11.638/2007 a utilização desde último não é legalmente permitida no Brasil.

Assaf Neto (2008) observa que o ativo imobilizado exerce grande influência sobre a atividade da empresa, notadamente sobre seus rendimentos e liquidez esperados. O autor relata que, por se constituir no grupo normalmente mais representativo da estrutura patrimonial de uma empresa, os investimentos em imobilizado requerem, por parte do analista, uma avaliação mais acurada.

Pela importância do ativo imobilizado na continuidade operacional das entidades e principalmente para subsidiar as decisões de investidores que não

possuem acesso direto à informação da gestão da entidade, espera-se encontrar crescimento no nível de disclosure dos itens do ativo imobilizado decorrente das exigências de divulgação constantes do CPC 27.

DISCLOSURE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

Para Murcia, Souza, Dill e Costa Jr. (2011) o disclosure, refere-se ao ato de divulgar, evidenciar, tornar algo evidente e público. No campo corporativo o termo disclosure está envolvido no preceito de transparência e relaciona-se à evidenciação de informações, que pode ser voluntária ou obrigatória.

O disclosure obrigatório, caracterizado pela obrigatoriedade legal, é considerado um meio de garantir uma maior confiabilidade e padronização das informações divulgadas, assegurando assim, o provimento de informações tempestivas e de qualidade aos usuários.

Quando voluntário, o disclosure se caracteriza pela divulgação de informações complementares, por isso pode ser entendido como uma provável vantagem competitiva para a empresa, reduzindo riscos e assimetria informacional (Murcia et al., 2011).

Entre as diversas formas de disclosure, Hendriksen e Breda (1999) destacam as demonstrações contábeis, as informações entre parênteses, as notas explicativas, os quadros e as demonstrações suplementares, os comentários do auditor e o relatório da administração.

Para Murcia (2009), a divulgação deve acatar a relevância das informações a ser evidenciadas, a fim de possibilitar aos usuários uma visão mais ampla da situação da empresa e para que não haja custos desnecessários no processo de disclosure. Ainda de acordo com o autor, o excesso de informações disponibilizadas pode confundir o usuário (Murcia, 2009).

A partir da classificação em disclosure obrigatório e voluntário, Verrecchia (2001), aponta três principais linhas de pesquisas envolvendo disclosure, sendo elas: Association-based disclosure, cujo objetivo principal consiste em analisar a associação ou a relação entre o nível de divulgação das informações contábeis e as mudanças comportamentais dos investidores; Efficiency-based disclosure, que envolve estudos realizados sobre a divulgação preferida ou mais eficiente para subsidiar decisões dos interessados na ausência de prévio conhecimento das informações; e Discretionary-based disclosure, cujas pesquisas examinam a discricionariedade, ou seja, os motivos, dos gestores ou da organização, para evidenciar determinadas informações.

Vários estudos empíricos vêm sendo realizados no Brasil, com o intuito de verificar a aderência aos requisitos de disclosure presentes nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Loureiro, Gallon e De Luca (2011) verificaram, para uma amostra composta por 88 empresas de capital aberto, o atendimento às exigências de divulgação de informações constantes do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, constatando, para os anos de

2008 e 2009, que essa era baixa, com atendimento de 30,4% das exigências em 2008 e 33,3% em 2009.

Ao analisarem se a divulgação de informações sobre remuneração variável em empresas listadas no ano de 2009 no ranking “As Melhores Empresas Para se Trabalhar”, divulgado anualmente pelas revistas Exame e Você S/A está em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações e CPC 33 – Benefícios a Empregados, Miranda, Tomé e Gallon (2011) determinaram que o nível de aderência aos requisitos de divulgação do CPC 10 não foi completo para nenhuma empresa analisada no estudo, e comparativamente, houve uma maior divulgação de informações em relação ao CPC 33. Adicionalmente, os autores concluíram que fatores tais como o tamanho das empresas, o setor de atuação e a quantidade de funcionários condicionaram a evidenciação de informações.

Souza, Borba, Zandonai (2011) tiveram como objetivo, a partir de uma amostra de companhias de capital aberto não financeiras listadas no índice Ibovespa referentes à carteira teórica do primeiro quadrimestre de 2009, verificar quais reconheceram perda no valor recuperável de ativos em 2008, e partir daí o grau de atendimento às exigências de divulgação constantes do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os achados da pesquisa indicaram que nenhuma empresa atendeu plenamente os requisitos de divulgação, sendo a taxa de desconto utilizada nas projeções dos fluxos de caixa descontados a principal informação não evidenciada pela maioria das empresas da amostra.

Ao analisar o impacto da adoção dos novos critérios de contabilização e práticas de divulgação das operações de arrendamento mercantil em Companhias Aéreas Brasileiras listadas na BM&FBovespa no ano de 2009, Gallon, Crippa, Gois e De Luca (2012) constataram que essas empresas apresentaram lacunas em sua divulgação, em que pese à aderência aos requisitos de divulgação do Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil ter sido próximo ao apresentado por empresas estrangeiras adotantes da Norma Internacional de Contabilidade IAS 17 – Leases. Em um estudo análogo, Krüger e Borba (2012) verificaram que o grau de atendimento à divulgação de informações sobre operações de arrendamento mercantil foi de 11,6% para um conjunto de 42 empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa que apresentaram operações dessa natureza em suas demonstrações contábeis de 2009.

Ponte, De Luca, Oliveira, Aquino e Cavalcante (2012) investigaram, tendo como base as demonstrações contábeis de 2008 de um conjunto de 334 empresas não financeiras de capital aberto, o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da medida Provisória nº. 449/08. O estudo indicou que, em uma escala de 0 a 6, a nota média do atendimento às divulgações, obtida pelas empresas analisadas foi 2,90, sendo que para as empresas listadas no Novo Mercado a nota média foi 3,74.

Com o objetivo de verificar o grau de observância aos requisitos de divulgação constantes do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, em um conjunto de 50 empresas componentes do índice IBrX-50 da

BM&FBovespa, Andrade, Fontana e Macagnan (2013) obtiveram resultados que indicaram o atendimento médio de 70,9% dos requisitos.

Freri e Saloti (2013) analisaram a comparabilidade das informações e o grau de aderência os requisitos de divulgação obrigatórios do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento de empresas administradoras de shopping centers de capital aberto para os anos de 2010 e 2011. Os autores concluem seu estudo, afirmando que, em uma escala variando entre 0 e 2, em 2010 a nota média de divulgação das 6 empresas analisadas foi 1,57 e em 2011 1,53, o que representa cerca de 75% de cumprimento das exigências de divulgação constantes no CPC 28.

Em um estudo relacionado ao objeto desta pesquisa, Reis e Nogueira (2012), para uma amostra composta por 82 empresas dentre 106 listadas no Novo Mercado, verificaram quantas adotaram taxas de depreciação contábil diferentes das taxas previstas na legislação fiscal, em função da adoção do CPC 27, bem como se havia relação entre as empresas que adotaram essas novas taxas e o grau de imobilização. Os achados da pesquisa indicaram não haver diferença estatisticamente significativa entre as empresas que adotaram novas taxas de depreciação e seu grau de imobilização, em que pese essas empresas terem apresentado um maior nível de disclosure dos requisitos de divulgação do CPC 27.

Também em um estudo com objeto de pesquisa correlato, Reis, Anjos, Sediya e Lélis (2013) verificaram se as empresas do setor siderúrgico brasileiro listadas na BM&FBovespa cumpriram os requisitos de divulgação acerca o valor recuperável de ativos fixos nas demonstrações contábeis dos anos 2008 a 2010. Os autores destacam inadequabilidade das informações divulgadas frente às exigências do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os estudos acima apresentam evidências de que ainda há espaço para aprimorar a evidenciação das informações contábeis divulgadas pelas empresas brasileiras. Por outro lado, não se localizou na literatura nacional estudo semelhante a esta pesquisa, que, além de verificar a aderência aos requisitos de divulgação do CPC 27 procurou determinar fatores explicativos dessa divulgação.

METODOLOGIA

DADOS E METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados os critérios de caracterização da pesquisa, de seleção das empresas objeto de estudo e período de análise e o e o desenho da pesquisa, com a descrição da métrica elaborada, das proxies das variáveis e a formulação das hipóteses de pesquisa.

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo, em relação à sua abordagem metodológica, é classificado como quantitativo, apesar de empregar técnica qualitativa de análise de conteúdo para construção da variável dependente. Já em relação aos seus objetivos, trata-se de pesquisa descritiva, conforme definida por Cooper e Schindler (2003), e para tanto, emprega a análise documental a fim de se obter os subsídios que possibilitem a resolução da questão de pesquisa proposta.

Seleção das Empresas e Período de Análise

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, a população de estudo é tida como intencional, uma vez que se selecionou um setor específico entre os 10 da classificação setorial da BM&FBovespa, conforme pode ser observado no quadro 1

Quadro 1 – Composição dos subsetores e segmentos do setor de bens industriais, conforme classificação setorial da BM&FBovespa

Setor	Subsetor	Segmento
Bens Industriais	Comércio	Material de Transporte
	Equipamentos Elétricos	Equipamentos Elétricos
	Máquinas e Equipamentos	Armas e Munições
		Máq. e Equipamentos de Construção e Agrícolas
		Máq. e Equipamentos Hospitalares
		Máq. e Equipamentos Industriais
	Motores, Compressores e Outros	
Material de Transporte	Material Aeronáutico e de Defesa	
	Material Ferroviário	
	Material Rodoviário	
Serviços	Serviços Diversos	

Fonte: adaptado de BM&FBovespa. Recuperado de: <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?opcao=1&indiceAba=1&Idioma=pt-br>.

O setor escolhido se justifica pela importância dos investimentos em ativos imobilizados. Segundo Reis e Nogueira (2012), alterações no ativo imobilizado podem impactar a estrutura das empresas, dada sua relevância em seu patrimônio, em especial em segmentos com maior grau de imobilização, como é o caso do setor analisado neste artigo.

Quando da coleta dos dados das empresas analisadas, durante o primeiro trimestre de 2014, o setor de bens industriais da BM&FBovespa era composto por 35 empresas, entretanto, duas empresas foram excluídas por

falta de dados no período, reduzindo-se, portanto, a população de análise para 33 empresas.

O período da análise compreende os anos de 2008 a 2013. O ano de 2008 é o primeiro sob a vigência da Lei nº 11.638/2007, que introduziu a convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade no ambiente contábil brasileiro. Entretanto, deve-se observar que a aplicação obrigatória do CPC 27 se deu a partir do exercício findo em 31/12/2010.

FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE DISCLOSURE DO ATIVO IMOBILIZADO.

Nesta seção serão discutidos, com base na literatura prévia, os possíveis fatores determinantes do nível de disclosure do ativo imobilizado, com suas respectivas proxies e efeitos esperados.

a) Tamanho

Grandes empresas possuem um setor de contabilidade mais estruturado (Depoers, 2000), têm preocupação com a formação continuada e seus gestores tendem a acreditar mais fortemente nos benefícios do disclosure (Hossain, 2008). O disclosure tende a aumentar a visibilidade do mercado como um todo, atraindo mais e maiores investidores maiores, bem como a atenção governamental, o que pode acarretar para a empresa o chamado custo político (Watts & Zimmermann, 1986). Nessa lógica as grandes empresas sofrem pressões políticas, pela sua importância na economia, refletida na quantidade de bens e serviços produzidos e nos empregos gerados (Wallace & Naser, 1995). Outro fator ligado ao tamanho, altamente relevante na determinação do nível de disclosure, é o custo de preparação e transmissão da informação, sendo este relativamente menor em empresas maiores do que para empresas de menor porte. Portanto espera-se que empresas maiores possuam um disclosure de melhor qualidade no que tange seu investimento em ativos imobilizados, pois os benefícios advindos dessa divulgação tendem a ser maiores, em termos de redução de custos políticos. Neste trabalho, a variável tamanho foi medida pelo logaritmo natural da receita operacional líquida anual, de forma análoga aos estudos de Perobelli e Famá (2002; 2003), Scott e Martin (1975), Ferri e Jones (1979) e Rajan e Zingales (1995).

H1: Empresas maiores possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação do imobilizado do que as empresas menores.

b) Tangibilidade dos Ativos

Na literatura nacional, a principal classificação do grupo de aplicações de recursos é a que separa os ativos circulantes dos ativos não circulantes, fazendo parte deste último os ativos de natureza fixa, ou seja, o imobilizado,

cujas aquisição se justifica pelo seu caráter de uso operacional. Conforme destacado por Carvalho, Kayo e Martins (2010), a tangibilidade dos recursos contribuiu de forma significativa para a persistência do desempenho superior de empresas de diversos setores da economia. Espera-se que empresas com maior quantidade de ativos fixos em relação aos ativos totais possuam um disclosure do seu ativo imobilizado de melhor qualidade. A proxy utilizada para medir a tangibilidade dos ativos das empresas em estudo foi o quociente entre o Imobilizado Líquido da Depreciação e o Ativo Total, semelhante ao tratamento adotado nos estudos de Titman e Wessels (1988) e Demirgüç-Kunt e Maksimovic (1999).

H2: Empresas com maior grau de imobilização possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação do imobilizado que empresas com menor grau de imobilização.

c) Endividamento

Pela Teoria da Pecking Order as empresas obedecem a uma hierarquia de escolhas ao definirem como irão financiar seus projetos, recorrendo inicialmente a recursos gerados internamente, seguido da emissão de dívidas e, por último, emissão de novas ações. Financiadores de capital, sejam acionistas ou credores, necessitam verificar o potencial de recuperabilidade dos ativos de seus devedores, uma vez que é possível que seus investimentos não estejam gerando retorno suficiente para necessidade de capital, de modo a comprometer a capacidade de pagamento (Souza, Borba; Wuerges & Lunkes, 2011). Ahmed e Nicholls (1994) argumentam que empresas com maiores níveis de endividamento são monitoradas de maneira mais rigorosa pelas instituições financeiras, sendo sujeitas a divulgar mais informações que empresas com menores níveis de endividamento. Nesse sentido, espera-se que quanto maior o endividamento, maior o grau de disclosure como um todo da empresa, a fim de resolver o problema de monitoramento de acionistas e credores, o que inclui divulgações sobre o ativo imobilizado. A proxy utilizada para operacionalização da variável endividamento foi o quociente entre o Passivo Total e o Ativo Total, semelhante ao procedimento adotado nos estudos de Souza et al. (2011) e Murcia (2009).

H3: Empresas mais endividadas possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação do imobilizado que empresas menos endividadas.

d) Rentabilidade

O Gerenciamento de Resultados deriva de escolhas contábeis com o objetivo de obtenção de resultados financeiros esperados, sendo que, normal-

mente, referem-se a manipulações contábeis dentro dos limites legais (Martinez, 2002; Burgstahler & Dichev, 2007; Rodrigues, Paulo & Carvalho, 2007). O CPC 27 permite a empresa diversas escolhas no que se refere a mensuração e evidenciação do ativo imobilizado e essas escolhas contábeis refletem na informação divulgada, assim a existência de discricionariedade no tratamento do ativo imobilizado, e ainda, a capacidade de influência das informações financeiras divulgadas pelas empresas sobre os agentes econômicos, gestores têm fortes incentivos para gerenciar os resultados financeiros reportados (Baptista, 2008). Lapointe-Antunes, Cormier e Magnan (2008) verificaram relação direta entre rentabilidade e escolhas contábeis gerenciais, haja vista que grande parcela da remuneração dos gestores está vinculada ao desempenho obtido. Assim espera-se que a rentabilidade possa ter relação positiva com o disclosure do imobilizado. A proxy utilizada para operacionalização da variável rentabilidade foi uma variante do ROA, medido através do quociente entre o Lucro Antes de Juros, Impostos e Depreciação (EBITDA) e o Ativo Total, de forma análoga aos estudos de Titman e Wessels (1988) e Ozkan (2001).

H4: Empresas mais rentáveis possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação do imobilizado que as empresas menos rentáveis.

Como variáveis de controle foram consideradas seguintes dummy: Aplicação do CPC; Auditoria por “Big Four” e Governança Corporativa.

e) Aplicação do CPC

A deliberação CVM nº 583 de 31 de julho de 2009, aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 27, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010. Com o objetivo de sinalizar a obrigatoriedade de aplicação do CPC 27, atribuiu-se 1 para as empresas que o aplicaram no ano, e 0 para as empresas que não o aplicaram.

H5: Com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade o nível de disclosure das empresas tende a ser maior.

f) Auditados por “Big Four”

Watts e Zimmermam (1986) afirmam que auditores tendem a influenciar seus clientes a verificar o máximo de informações possíveis, já que em alguns casos também arcam com o custo da não divulgação ou evidenciação adulterada de informações. De acordo com Ahmad, Hassan e Mohammad (2003), as empresas de auditoria pertencentes ao seletor grupo das “Big Four” (PricewaterhouseCoopers; Deloitte Touche Tohmatsu; KPMG; Ernst & Young) tendem a não se associar a clientes com um nível baixo de evidenciação. Frost, Gordon e Pownall (2008) discorrem que auditores que trabalham em

uma das “Big Four” são mais exigentes no que compete à adequabilidade das informações divulgadas com as normas de contabilidade pertinentes e por esta razão o disclosure praticado por empresas auditadas por uma das “Big Four” tende a ser melhor. Assim, espera-se que empresas auditadas pelas “Big Four” tenha maior disclosure das políticas de controle e ajustes do imobilizado. A operacionalização dessa variável foi feita atribuindo-se 1 para empresas auditadas pelas “Big Four” no ano e 0 para as não auditadas por essas empresas no ano.

H6: Empresas auditadas por “Big Four” possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação do imobilizado do que as empresas auditadas por outras empresas de auditoria independente.

g) Governança Corporativa

A BM&FBovespa possui três níveis diferenciados de governança corporativa: Nível I, Nível II e Novo Mercado. A empresa, no momento de sua listagem, decide em qual dos níveis ela quer ingressar, já que a partir dessa decisão irá incorrer em uma série de obrigações com o mercado. Murcia (2009) observa que essa adesão tende a influenciar o disclosure da empresa. As boas práticas de governança corporativa possuem a transparência e a compliance como seus pilares, e neste sentido, o que é determinado nas normas contábeis deve ser evidenciado pelas empresas, ou seja, disclosure obrigatório. Assim, espera-se que empresas que adotam níveis diferenciados de Governança Corporativa apresentam maior aderência às exigências de evidenciação do imobilizado constantes do CPC 27. Para a operacionalização desta variável também se utilizou uma variável dicotômica, sendo atribuído 1 para a empresa que adota níveis diferenciados de governança corporativa no ano e 0 para empresa que não os adota.

H7: Empresas que adotam nível diferenciado de Governança Corporativa possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação do imobilizado do que as empresas que não adotam tais níveis.

PROCEDIMENTOS DE COLETA E OPERACIONALIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados para operacionalização da pesquisa foram: notas explicativas das 33 empresas no período de 2008 a 2013 coletadas através do site da Comissão de Valores Mobiliário para operacionalização do índice de evidenciação, e variáveis referente as características das empresas coletadas através do banco de dados da Bloomberg TM e das Notas Explicativas das empresas para operacionalização dos fatores explicativos do nível de evidenciação.

Para elaboração do índice de evidenciação, procedeu-se a análise de conteúdo que é descrita por Bardin (2011) como uma técnica de exames dos

conteúdos por meio de procedimentos sistemáticos, sejam eles quantitativos ou qualitativos objetivando inferências sobre a produção textual, a análise de conteúdo nesse estudo utilizou-se das seguintes etapas pré-análise (leitura do conteúdo da nota explicativa), a exploração do material e o tratamento e interpretação dos dados (referenciação dos itens analisados para categorização). Analisou-se o conteúdo das notas explicativas a fim de verificar o grau de aderência aos requisitos de divulgação contidos no CPC 27 (anexo 01). Assim, para cada uma das empresas em cada um dos anos de análise, atribuiu-se o valor 1 (um) se o item foi evidenciado nas notas explicativas e 0 (zero) se não o foi, de tal forma que o índice de Evidenciação, variável dependente neste estudo, foi obtido comparando-se o total de itens evidenciados em relação ao total de itens de divulgação exigida pelo CPC 27, em uma escala variável entre 0% (nada foi evidenciado) e 100% (tudo foi evidenciado). Vale ressaltar que o total de itens exigido foi considerado de forma específica para cada empresa, já que existem requisitos de divulgação constantes do CPC 27 que não se aplicam a alguns casos, como por exemplo a evidenciação da data efetiva da reavaliação (Item 77, a, do CPC).

O quadro 1 resume as variáveis constantes no estudo e expõe o resultado esperado para cada uma delas, tendo em vista a discussão apresentada quando da formulação das hipóteses:

Quadro 2- Descrição das variáveis

Variável	Proxy	Resultado Esperado	Fonte
Índice de Evidenciação	Presença ou ausência dos itens de divulgação exigidos pelo CPC 27		Nota Explicativa
Tamanho	Logaritmo Natural da Receita Operacional Líquida	+	<i>Bloomberg</i>
Tangibilidade dos Ativos	Quociente entre Ativo Imobilizado e Ativo Total	+	<i>Bloomberg</i>
Endividamento	Quociente entre o Passivo Exigível e o Ativo Total	+	<i>Bloomberg</i>
Rentabilidade	Quociente entre o EBITDA e o Ativo Total	+	<i>Bloomberg</i>
Aplicação do CPC 27	1- Aplicou no ano 0- Não aplicou no ano	+	Nota Explicativa
Auditadas por “ <i>Big Four</i> ”	1- Auditada por “ <i>Big Four</i> ” 0- Não auditada por “ <i>Big Four</i> ”	+	Nota Explicativa
Governança Corporativa (GC)	1- Se adota níveis diferenciados de GC 0- Se não adota níveis diferenciados de GC	+	Nota Explicativa

O instrumento de análise multivariada utilizado foi a Regressão Linear Múltipla com Dados em Painel, cujo objetivo é combinar as características de séries temporais e de corte transversal (Wooldridge, 2013). O modelo de estimação utilizado é apresentado abaixo:

$$Evid_{.it} = \beta_0 + \beta_1 Tam_{it} + \beta_2 Tang_{it} + \beta_3 End_{it} + \beta_4 Rent_{it} + \beta_5 CPC_{it} + \beta_6 BigFour_{it} + \beta_7 GC_{it} + v_{it} \quad (1)$$

Em que $Evid_{.it}$ representa o índice de evidenciação da empresa i no período t ; Tam_{it} representa a variável tamanho da empresa i no período t ; $Tang_{it}$, representa a variável tangibilidade dos ativos da empresa i no período t ; End_{it} representa a variável endividamento da empresa i no período t ; $Rent_{it}$ representa a variável rentabilidade da empresa i no período t ; CPC_{it} representa a variável dummy de aplicação do CPC 27 pela empresa i no período t ; $BigFour_{it}$, representa a variável dummy representativa do fato de a empresa i ser auditada por uma das “Big Four” no período t ; GC_{it} , representa a dummy de níveis diferenciados de Governança Corporativa da empresa i no período t , e ω_{it} representa o termo de erro da composto da regressão, $v_{it} = a_i + u_{it}$ (Wooldrige, 2013, p. 458).

RESULTADOS

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Na tabela 1 são apresentadas as estatísticas descritivas do Índice de Evidenciação dos requisitos de divulgação do CPC 27:

Tabela 1: Estatísticas Descritivas do Índice de Evidenciação

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Média	33.9%	38.2%	53.7%	52.6%	53.2%	51.6%
Mediana	36.7%	40.0%	53.3%	53.3%	50.0%	50.0%
Moda	43.3%	43.3%	46.7%	70.0%	50.0%	46.7%
Desvio Padrão	12.4%	9.6%	14.1%	12.7%	13.0%	13.5%
Máximo	53.3%	56.7%	76.7%	73.3%	73.3%	76.7%
Mínimo	16.7%	20.0%	20.0%	26.7%	26.7%	26.7%
Observações	33	33	33	33	33	33

Com base nos dados acima, é possível verificar que houve um aumento nominal no percentual médio de evidenciação dos requisitos de divulgação do CPC 27, passando-se de 33,9% em 2008 para 51,6% em 2013. Deve-se observar que houve um salto nesse índice a partir de 2010, e partir desse ano, aparentemente obteve-se uma estabilidade do índice. Da mesma forma, também chama a atenção para a elevação do percentual de divulgação, tanto para o índice de evidenciação máximo, que passou de 53,3% em 2008 para 76,7% em 2013, como para o índice de evidenciação mínimo, que passou de 16,7% para 26,7% no mesmo período.

Importante ressaltar que não foram executados testes adicionais de diferenças de médias, porém há uma clara ruptura no padrão de evidenciação, especialmente no índice médio e máximo, entre 2009 e 2010 (e posterior ma-

nutrição dos índices em um patamar razoavelmente constante a partir desse ano). Isso pode ter relação com a obrigatoriedade do CPC 27 a partir do ano de 2010.

DETERMINANTES DA EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS IMOBILIZADOS

Inicialmente a análise dos dados em painel demandou a identificação da abordagem mais apropriada para os fins desta pesquisa, se painel de efeitos fixos ou efeitos aleatórios. O nível de significância utilizado para as análises foi de 0,05. No processo de seleção e escolha do modelo foi empregado o Teste de Hausman, usado para decidir entre o modelo de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios. A Tabela 2 apresenta os resultados do teste.

Tabela 2 – Resultados do teste de Hausman

Decisão	Estatística do teste	Prob.	Interpretação
Efeitos Fixos X Efeitos Aleatórios	2.15	0.9051	O modelo de efeitos aleatórios é mais apropriado.

Por meio da aplicação do Teste de Hausman foi testada a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é mais adequado para análise do que o de efeitos fixos. Pelo resultado do teste (Tabela 2), se aceita a hipótese nula (Prob. = 0.9051 > 0.05), assim, a abordagem considerada para análise dos dados desta pesquisa foi a de efeitos aleatórios.

Na tabela 3 são apresentados os resultados da regressão efetuada sob esta abordagem.

Tabela 3 – Resultados da regressão com efeitos aleatórios

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	T	Valor-P
Variável dependente: Índice de Evidenciação				
Observações: 198				
Período: 2008-2013				
Tamanho	0.0483	0.0187	2.58	0.010*
Tangibilidade	-0.0351	0.0738	-0.48	0.634
Endividamento	0.0009	0.0002	3.22	0.001*
Rentabilidade	0.0605	0.0252	2.39	0.017**
Aplicação CPC	0.1681	0.0137	12.21	0.000*
“Big Four”	0.0422	0.0256	1.65	0.099***
Governança	0.0183	0.0340	0.54	0.589
Constante	0.0522	0.1123	0.46	0.642
Estat. F: 0.000				
R ² : 0.5249				

*Significativa a 1%; ** Significativa a 5%; *** Significativa a 10%

Verificando os resultados apresentados na Tabela 3, percebe-se que as variáveis Tamanho, Endividamento, Rentabilidade, Aplicação do CPC e “Big Four” se mostraram estatisticamente significativas a 1%, 5% e 10%, dependendo da variável, em relação ao índice de evidenciação das informações requeridas pelo CPC 27. Contudo, foi constatado problema de multicolinearidade entre as variáveis Endividamento e Rentabilidade.

Para resolver o problema de multicolinearidade, optou-se pela exclusão das variáveis. A regressão na qual se manteve a variável Endividamento e excluiu-se a variável Rentabilidade mostrou-se melhor, uma vez que a variável Endividamento manteve-se estatisticamente significativa a 5%. Já na regressão em que se excluiu a variável Endividamento e manteve-se a variável Rentabilidade, essa deixou de apresentar significância estatística.

Na tabela 4 são apresentados os resultados conforme descritos no parágrafo anterior, ou seja, com a exclusão da variável Rentabilidade.

Tabela 4 – Resultados da regressão com efeitos aleatórios, com exclusão da variável Rentabilidade

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	T	Valor-P
Tamanho	0.0458	0.0190	2.40	0.016**
Tangibilidade	-0.0396	0.0752	-0.53	0.598
Endividamento	0.0004	0.0001	2.14	0.032**
Aplicação CPC	0.1648	0.0138	11.91	0.000*
“Big Four”	0.0452	0.0259	1.74	0.081***
Governança	0.0201	0.0347	0.58	0.562
Constante	0.0744	0.1141	0.65	0.514

Estat. F: 0.000
R²: 0.5099

*Significativa a 1%; ** Significativa a 5%; *** Significativa a 10%

Ao observar os resultados acima, constata-se que a regressão como um todo é estatisticamente significativa a 1%, bem como as variáveis Tamanho, Endividamento, Aplicação do CPC e “Big Four” são individualmente significativas para explicar o nível de evidenciação das informações requeridas acerca dos ativos imobilizados. Já as variáveis Tangibilidade e Governança Corporativa não se apresentaram estatisticamente significativas. O modelo apresenta um coeficiente de determinação R² de 0,5099, o que significa que em conjunto as variáveis são capazes de explicar cerca de 50% da variância da variável dependente, no caso, o índice de evidenciação.

Em relação à análise individual das variáveis, constatou-se que o Tamanho é estatisticamente significativo (valor p < 0,05) para explicar a evidenciação de informações acerca o ativo imobilizado pelas empresas do estudo. Ademais, o coeficiente da variável foi positivo, o que confirmou a expectativa inicial. Esse achado, coerente com pesquisas anteriores (Murcia & Santos,

2009); Mapurunga, Pontes, Coelho, & Meneses, 2011; Rover, Tomazzia, Murcia, & Borba, 2012) permite inferir que empresas maiores tendem a apresentar um maior nível de evidenciação de suas informações contábeis / financeiras.

A variável Endividamento também se mostrou estatisticamente significativa (valor $p < 0,05$), configurando-se assim em um fator explicativo do nível de evidenciação das informações relacionadas ao ativo imobilizado. Confirmando a expectativa, o sinal apresentado pela variável foi positivo, o que significa que empresas com maiores índices de dívida tendem a apresentar um maior nível de evidenciação de suas informações, como forma de mitigar custos políticos, o que confirma achados de pesquisas anteriores (Kayo, Kimura, Basso & Krauter, 2006; Lanzana, 2004)

A variável Aplicação do CPC 27 se mostrou estatisticamente significativa (valor $p < 0,01$) o que confirma que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade via convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade proporcionou a elevação do nível de evidenciação das informações sobre o ativo imobilizado das empresas analisadas neste estudo.

Em relação à variável “Big Four”, os resultados indicam significância estatística apenas quando se considera valor $p < 0,10$. Apesar disso, o coeficiente da variável foi positivo, confirmando a expectativa e, portanto, é possível confirmar a hipótese de que empresas auditadas por “Big Four” possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação dos itens do ativo imobilizado do que empresas auditadas por outras empresas de auditoria independente, o que confirma o resultado de pesquisas anteriores na literatura (Dechow, Ge, & Schrand, 2010). Porém, apesar desse achado, nenhuma das empresas do estudo auditadas por “Big Four” divulgou plenamente todos os requisitos exigidos pelo CPC 27.

Chama a atenção para o fato de a variável tangibilidade, medida pelo quociente entre o ativo imobilizado e o ativo total não se apresentar como estatisticamente significativa, além de seu coeficiente ser negativo. Considerando especificamente o coeficiente negativo dessa variável, isso significa que quanto maior a participação dos ativos imobilizados no ativo total, menor a aderência aos requisitos de divulgação das informações sobre o ativo imobilizado, em que pese a não significância estatística da variável. Esses achados surpreendem, pois espera-se que quanto mais representativo for um grupo de contas do ativo ou passivo, maior/melhor será a evidenciação de informações sobre ele.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo analisar os fatores explicativos do nível de evidenciação das informações requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 em relação ao ativo imobilizado em empresas brasileiras de capital aberto. De modo específico foram analisadas 33 empresas do setor de bens industriais, conforme classificação setorial da BM&FBovespa cujas demonstrações contábeis estavam disponíveis para os anos 2008 a 2013.

O primeiro passo constituiu na elaboração de um índice de evidenciação das informações acerca os ativos imobilizados, cuja evidenciação é requerida pelo CPC 27. Em linha gerais, quando se analisou as estatísticas descritivas desse índice de evidenciação para os anos 2008 a 2013 das empresas, detectou-se um aumento significativo no nível médio de divulgação, que passou de 33,9% em 2008 para 51,6% em 2013, bem como no índice máximo, que passou de 53,3% em 2008 para 76,7% em 2013, porém, o mesmo não se pode afirmar em relação ao índice mínimo, que passou de 16,7% em 2008 para 26,7% em 2013, isso pode ser explicado pela exigência de observação ao CPC 27 a partir do ano de 2010.

Este índice de evidenciação foi a variável dependente da análise de regressão, que utilizou proxies de característica intrínsecas e extrínsecas às empresas como variáveis independentes. Por meio de análise de dados em painel de efeitos aleatórios, obteve-se relação estatisticamente significativa para as variáveis Aplicação do CPC 27 (p-valor < 0,01), Tamanho, Endividamento (p-valor < 0,05), o que pode ser interpretado à luz da teoria dos custos políticos, e Auditada por Big Four (p-valor < 0,1). Adicionalmente, os coeficientes das variáveis estatisticamente significativas foram positivos, o que confirmou as expectativas iniciais. Isso permite inferir que empresas maiores, mais endividadas e auditadas por uma das Big Four são empresas que melhor observam os requisitos do CPC 27, no que se refere a mensuração e evidenciação de informações do ativo imobilizado. Esses achados corroboram com o resultado esperado a partir dos aspectos teóricos utilizados.

As variáveis Tangibilidade e Governança Corporativa não foram estatisticamente significantes para determinação do nível de evidenciação do ativo imobilizado, o que leva à interpretação de que a proporção de ativos fixos no patrimônio da entidade não estimula maiores preocupações com a evidenciação das informações correlatas por parte da empresa, bem como que sua participação em níveis diferenciados de governança corporativa não é atributo para variação do nível de evidenciação dos ativos imobilizado para as empresas em estudo.

A principal contribuição desta pesquisa foi a composição das variáveis do modelo estatístico utilizado, uma vez que foram testadas variáveis que teoricamente teriam influência na variação do nível de evidenciação das informações sobre o ativo imobilizado. Ressalte-se que o poder explicativo do modelo materializado pelo coeficiente de determinação R² foi de cerca de 50%, com a regressão como um todo sendo estatisticamente significativa (F = 0,0000). Pesquisas como esta são importantes para verificar a efetividade do processo de convergência de facto das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

Vale ressaltar que os resultados da pesquisa não permitem sua generalização, já que foram analisadas empresas de um setor em específico. Uma limitação apresentada para o estudo é a metodologia de elaboração de índice que pode por vezes ser dependente de interpretação de pesquisador.

Sugere-se para futuras pesquisas que outros fatores abordados na literatura sejam incorporados ao modelo, buscando seu aprimoramento. Tam-

bém se sugere, a fim de se obter resultados de pesquisa generalizáveis, a ampliação da amostra analisadas, por meio da incorporação de outros setores da economia em que ativos imobilizados possuem uma relação significativa em relação aos ativos totais.

REFERÊNCIAS

Andrade, A. F., Fontana, F. B., & Macagnan, C. B. (2013). Um estudo sobre a evidencição do ajuste a valor presente nas empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 18(1), 62-80. Recuperado de: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5887>.

Ahmad, Z., Hassan, S., & Mohammad, J. (2003) Determinants of environmental reporting in Malaysia. *International Journal of Business Studies*, 11(1), 69- 90. Recuperado de: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=7f4df06a-e36a-41d8-ac83-1a7b4c4ca65c%40sessionmgr4004&vid=0&hid=4207>.

Ahmed K. & D. Nicholls (1994). The Impact of Non-financial Company Characteristics on Mandatory Compliance in Developing Countries: The Case of Bangladesh, *The International Journal of Accounting*, 29(1), 60-77, 1994.

Assaf Neto, A. (2008). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro* (8ª ed). São Paulo: Atlas.

Baptista, E. M. B. (2008). *Análise do perfil das empresas brasileiras segundo o nível de gerenciamento de resultados*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10183/15347>.

Bardin, I. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta.

Burgstahler, D., & Dichev, I. (2007). Earnings management to avoid earnings decrease sand losses. *Journal of Accounting and Economics*, 24(1), 99-126. Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410197000177#>.
[doi: 10.1016/S0165-4101\(97\)00017-7](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(97)00017-7).

Bushman, R. M., Piotroski, J. D., & Smith, A. J. (2004). What determine corporate transparency? *Journal of Accounting Research*, 42(2), 207-252. Recuperado de http://public.kenan-flagler.unc.edu/faculty/bushmanr/bushman_jar_transparency.pdf. doi: 10.1111/j.1475-679X.2004.00136.x

Bushman, R. M. & Smith, A., J. (2003). Transparency, financial accounting information, and corporate governance. *Economic Policy Review*, 9(1), 65-87. Recuperado de <http://www.ny.frb.org/research/epr/03v09n1/0304bush.pdf>.

Carvalho, F. de M., Kayo, E. K., & Martin, D. M. L. (2010). Tangibilidade e intangibilidade na determinação do desempenho persistente de firmas Brasileiras. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(5), 871-889. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552010000500007&lng=pt&tlng=pt.0.1590/S1415-65552010000500007.

Cooper, D.R. & Schindler, P.S. (2003). *Métodos de Pesquisa em Administração*. (7ª ed.) São Paulo: Bookman.

Conselho Federal de Contabilidade. (2005). *Resolução nº 1.055, de 07 de outubro de 2005*. Recuperado de http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1055.doc.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008). Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. Recuperado de http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/316_CPC_27_rev%2003.pdf.

Cruz, C. V. O. A. & Lima, G. A. S. F. (2010). Reputação Corporativa e Nível de Disclosure das Empresas de Capital Aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 6(1), 85-101. Recuperado de <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/838/1151>. doi:10.4270/ruc.2010105

Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010) Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401. Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410110000339>. doi: 10.1016/j.jacceco.2010.09.001.

Demirgüç-Kunt, A., & Maksimovic, V. (1999). Institutions, financial markets, and firm debt maturity. *Journal of Financial Economics*, 54(3), 337-363. Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304405X99000392>. doi: [10.1016/S0304-405X\(99\)00039-2](http://dx.doi.org/10.1016/S0304-405X(99)00039-2)

Depoers, F. (2000). A cost benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies. *European Accounting Review*, 9(2), 245-263. Recuperado de <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09638180050129891#.VHiblTHF9cg>. doi: 10.1080/09638180050129891

Ferri, M., & Jones, W. X. (1979). Determinants of financial structure: a new methodological approach. *The Journal of Finance*, 34(3), 631-644. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/2327431>. doi: 10.2307/2327431

Freri, M. R. & Salotti, B. M. (2013). Comparabilidade de empresas administradoras de Shoppings Centers do mercado de capitais brasileiro. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ* 18(1), 26-45. Recuperado de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5885>. doi: [10.12979/RCMCC.2013102](https://doi.org/10.12979/RCMCC.2013102).

Frost, C, Gordon, E. & Pownall, G. (2008, Abril). *Financial reporting and disclosure quality, and emerging market companies' access to capital in global markets*. Recuperado <http://ssrn.com/abstract=802824>. doi: 10.2139/ssrn.802824.

Gallon, A. V., Crippa, M., Gois, A. F., & De Luca, M. M. M. (2012). As mudanças no tratamento contábil do leasing e seus reflexos nos indicadores econômico-financeiros das companhias aéreas brasileiras. *Revista de Finanças Aplicadas*, 3(1), 1-18. Recuperado de <http://www.financasaplicadas.net/ojs/index.php/financasaplicadas/article/view/79>.

Hendriksen, E.S.; Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade*. (A. Z. Sanvicente Trad.). São Paulo: Atlas (obra original publicada em 1992).

Hossain, M. (2008). The extent of disclosure in annual reports of banking companies: The case of India. *European Journal of Scientific Research*, 23(4), 659-680. Recuperado de http://qspace.qu.edu.qa/bitstream/handle/10576/10429/ejsr_23_4_15.pdf?sequence=1.

Kayo, E. K., Kimura, H., Basso, L. F. C., & Krauter, E. (2006). Os fatores determinantes da intangibilidade. *Revista de Administração Mackenzie*, 7(3), 112-130. Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/102>.

Kruger, L. M. & Borba, J.A. Evidenciação do arrendamento mercantil financeiro nas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. *Revista de Finanças Aplicadas*, 3(1), 1-23. Recuperado de <http://www.financasaplicadas.net/ojs/index.php/financasaplicadas/article/view/66>.

Lanzana, A. P. (2004). *Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022005-094807/publico/DissertacaoAnaPaulaLanzana.pdf>.

Lapointe-Antunes, P., Cormier, D. & Mignan, M. (2008). Equity recognition of mandatory accounting changes: the case of transition al good will impairment losses. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 25(1), 37-54. Recuperado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/cjas.41/abstract>. doi: 10.1002/cjas.41.

Loureiro, D. Q., Gallon, A. V., & De Luca, M. M. M. (2011). Subvenções e assistências governamentais (SAG): Evidenciação e rentabilidade das maiores empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5(13), 34-54. Recuperado de <http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/305>.

Mapurunga, P. V. R., Ponte, V. M. R., Coelho, A. C. D., & Meneses, A. F. (2011). Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), 263-278. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772011000300003&lng=en&tlng=pt.10.1590/S1519-70772011000300003. doi: 10.1590/S1519-70772011000300003.

Martins, E., Gelbcke, E. R., Santos, A., & Iudícibus, S. (2013). *Manual de contabilidade societária: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC*. (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

Martinez, L. A. (2002). *"Gerenciamento" dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14052002-110538/publico/tde.pdf>.

Miranda, K. F, Tomé, W. C., & Gallon, A. V. Evidenciação da remuneração variável nas melhores empresas para se trabalhar listadas na BM&FBovespa: Um estudo à luz dos CPCs 10 e 33. *Pensar Contábil*, 13(51), 35-47. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/download/143>.

Murcia, F. D. (2009). *Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16122009-121627/publico/murcia.pdf>.

Murcia, F. D. & Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(2), 72-95. Recuperado de <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/68>.

Murcia, F. D., Souza, F. C., Dill, R. P., & Costa Jr. N. A. (2011). Impacto do nível de disclosure corporativo na volatilidade das ações de companhias abertas no Brasil. *Revista de Economia e Administração*, 10(2), 196-218. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/download/5043>.

Ozkan, A. (2001). Determinants of capital structure and adjustment to long run target: evidence from UK company panel data. *Journal of Business Finance and Accounting*, 28(1-2), 175-198. Recuperado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-5957.00370/pdf>. doi: 10.1111/1468-5957.00370.

Perobelli, F.F.C. & Famá, R. (2002). Determinantes da estrutura de capital: aplicação a empresas de capital aberto brasileiras. *Revista de Administração*, 37(3), 33-46. Recuperado de <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=V370333-46.pdf>.

Perobelli, F.F.C. & Famá, R. (2003). Fatores determinantes da estrutura de capital para empresas latino-americanas. *Revista de Administração Contemporânea*, 7(1), 9-35. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552003000100002&lng=en&tlng=pt. doi: 10.1590/S1415-65552003000100002.

Ponte, V. M. R, De Luca, M. M. M, Oliveira, M. C, Aquino, L. D. P., & Cavalcante, D. S. (2012). Análise do grau de cumprimento as práticas de divulgação definidas pelo pronunciamento técnico CPC 13 no âmbito das companhias abertas. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 6(1), 38-53. Recuperado de <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/244>.

Rajan, R. & Zingales, L. (1995). What do we know about capital structure? Some evidence from international data. *Journal of Finance*, 50(5), 1421-1460. Recuperado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6261.1995.tb05184.x/full>. doi: 10.1111/j.1540-6261.1995.tb05184.x.

Reis, L. G. & Nogueira, D. R. (2012). Disclosure do ativo imobilizado: Análise das práticas pelas empresas do novo mercado considerando o CPC 27. *Revista de Estudos Contábeis*, 3(4), 54-67. Recuperado de <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/10149>.

Reis, A. O., Anjos, D. A., Sediya, G. A. S., & Lélis, D. L. M. (2013). Disclosure da recuperabilidade do valor do ativo imobilizado: Análise no setor siderúrgico brasileiro. *Revista Ambiente Contábil*, 5(2), 37-52. Recuperado de <http://www.ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/contabil/article/view/391/377>.

Rodrigues, A., Paulo, E., & Carvalho, L. N. (2007). Gerenciamento de resultados por meio das transações entre companhias brasileiras interligadas. *Revista de Administração*, 42(2), 216-226. Recuperado de <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=V4202216.pdf>.

Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. D., & Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, 47(2), 217-230. Recuperado de <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=v47n2p217.pdf>. doi: 10.5700/rausp1035.

Schroeder, R. G., Clark, M. W., & Cathey, J. M. (2001). *Financial accounting: theory and analysis*. (7th ed). New York: Wiley

Scott, F. & Martin, J. (1975). Industry influence on financial structure. *Financial Management*, 4(1), 67-73. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/3665473>.

Souza, M. M., Borba, J. A., & Zandonai, F. (2011). Evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis: uma verificação nas empresas de capital aberto brasileiras. *Contabilidade Vista & Revista*, 22(1), 67-91. Recuperado de <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/588/pdf104>.

Souza, M. M., Borba, J. A., Wuerges, A. F. E., & Lunkes, R. J. (2011, julho). Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 11.

Titman, S. & Wessel R. (1988). The determinants of capital structure choice. *Journal of Finance*, 43 (1), 1-19. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/2328319>. doi: 10.2307/2328319

Verrecchia, R.E. (2001) Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32 (1-3), 97-180. Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410101000258>. Doi: [10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)

Wallace, O. & Naser, K. (1995). Firm specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong. *Journal of Accounting and Public Policy*, 14(4), 311-368. Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0278425495000429>. doi: [10.1016/0278-4254\(95\)00042-9](https://doi.org/10.1016/0278-4254(95)00042-9).

Watts, R. L. & Zimmerman, J. L. (1986). *Positive accounting theory*. New Jersey: Prentice-Hall.

Wooldridge, J. M. (2013). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. (J. A. Ferreira Trad.) São Paulo: Cengage Learning (obra original publicada em 2009).